

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – COECT
INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO
JONES DOS SANTOS NEVES - IPES

**PROJETO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM GESTÃO PÚBLICA DE CIDADES**

Vitória, 2003

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Paulo César Hartung Gomes

COORDENAÇÃO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Fernando Luiz Herkenhoff Vieira

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO
JONES DOS SANTOS NEVES
Maria José Schuwartz Ferreira

DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
Rogério Brasil Pereira

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Andréa Figueiredo Nascimento

SUMÁRIO

1. Apresentação	4
2. Coordenação do curso	4
3. Justificativa	5
4. Objetivos	6
4.1. Objetivo geral	6
4.2. Objetivos específicos	6
5. Público alvo e carga horária	7
6. Meta	7
7. Período de realização	7
8. Metodologia para estruturação do curso	7
8.1. Estrutura do curso	7
9. Estrutura do curso	8
10. Período e requisitos para inscrição	11
11. Número de vagas	11
12. Período e critérios de seleção	11
13. Método de avaliação	12
14. Financiamento	12
15. Custos	13

PROJETO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA DE CIDADES

1. Apresentação

Este projeto trata da estruturação e implementação do Curso de Especialização em Gestão Pública de Cidades, que tem por principal objetivo a capacitação de profissionais municipais, com atuação em nível de decisão.

Sua atualidade e pertinência não poderiam ser maiores. Com a criação do Ministério das Cidades, em janeiro de 2003, os municípios têm sido estimulados a repensarem suas práticas de gestão. A realização da Conferência Nacional das Cidades, antecedida por Conferências estaduais e municipais, vem reordenando o debate sobre o desenvolvimento urbano no Brasil em torno dos temas que constituem o cerne da problemática de nossas cidades: habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade, trânsito e programas urbanos. Nestes últimos, merecem particular destaque as questões pertinentes à legislação, à regulamentação fundiária e ao uso desordenado do solo urbano.

O debate desencadeado pelas Conferências (nacional, estadual e municipais) das Cidades vem provocando a sistematização de uma série de questões ligadas aos referidos temas que deverão estar nas agendas municipais dos próximos anos. No entanto, observa-se que a crescente demanda por políticas públicas locais esbarra, principalmente nos municípios de menor porte, na limitação do quadro técnico das prefeituras.

A superação deste gargalo, muito mais do que qualificar as políticas formuladas localmente, é um imperativo no processo de democratização das cidades. Os limites no quadro técnico muitas vezes superam, na elaboração de políticas públicas abrangentes e de qualidade, as dificuldades financeiras pelas quais passam a grande maioria das prefeituras. Com a constituição de quadros técnicos qualificados seria possível aproximar as prefeituras das políticas estaduais e federal, possibilitando a elas, inclusive, a formatação de projetos de captação de recursos. A inexistência de um quadro técnico minimamente qualificado tende a concentrar os recursos nas prefeituras maiores e em condições de apresentar projetos dessa natureza.

É no sentido de democratizar e qualificar as políticas municipais, que este projeto nasce como resposta ao esforço coletivo dos diversos atores dos 78 municípios capixabas que apresentaram suas propostas para o desenvolvimento urbano do Espírito Santo, durante a I Conferência Estadual das Cidades, realizada nos dias 11 e 12 de setembro de 2003, em Vitória (ES).

2. Coordenação do curso

O curso contará com um Comitê Estadual, constituído por 01 (um) representante da Casa Civil, 01 (um) da Coordenação de Ciência e Tecnologia, 01 (um) do Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves – IPES, 01 (um)

representante do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e 01 (um) representante da Instituição formadora a qual estiver vinculado, cabendo ao IPES, a responsabilidade pela coordenação executiva.

3. Justificativa

O documento elaborado pelo governo estadual para apresentação na I Conferência Estadual das Cidades alertava para os sérios desequilíbrios urbanos e regionais no Espírito Santo. Como descrito naquele texto para discussão, as transformações econômicas desencadeadas pela industrialização nas últimas três décadas e meia repercutiram sobre as cidades capixabas promovendo um processo de crescente desigualdade sócio-espacial. Neste período, saindo de uma estrutura sócio-econômica cujo urbano era determinado pela base agro-exportadora do café, o Estado assiste progressivamente um processo de urbanização não planejada, resultado da diversificação de sua economia.

O crescimento industrial não apenas redefiniu a problemática das cidades capixabas como iniciou uma concentração espacial sem precedentes. Basta lembrar que em 1970 o grau de urbanização no Espírito Santo era próximo a 45,0% e atinge cerca de 80,0% em 2000. A Região Metropolitana da Grande Vitória-RMGV passa a concentrar nesse último ano cerca de 47,0% da população do Estado, quando em 1970 abrigava apenas 26,2%. O urbano acelerado, resultado inclusive de um forte processo de migração no sentido campo-cidade, pressionou sobremaneira os serviços urbanos das cidades receptoras dos fluxos migratórios, especialmente as da região metropolitana.

A ausência de infra-estrutura adequada para o suprimento das demandas sociais crescentes conferiu uma característica caótica à urbanização estadual, reproduzindo fenômenos já observados em outros estados brasileiros. Em contrapartida, observou-se um esvaziamento do interior do Estado que de forma alguma diminuiu a pressão sobre a oferta de serviços básicos e de qualidade, normalmente menos abrangente nesses municípios. Portanto, tanto a Região Metropolitana da Grande Vitória quanto os demais municípios foram fortemente afetados por estas transformações. Neste contexto, a formulação de políticas urbanas tornou-se um imperativo, embora na maior parte das vezes não tenha se tornado mais que letra morta, esquecida em algum documento oficial. Daí a necessidade urgente de resgatar em toda sua abrangência o planejamento público, em especial na sua dimensão urbana.

Não é demais lembrar que o Espírito Santo é caracterizado por uma rede de cidades assimétricas, onde a maioria dos municípios apresenta baixa capacidade de arrecadação própria, dificultando o financiamento de políticas públicas. Da mesma forma, observa-se que muitos dos problemas dos municípios capixabas decorrem da falta de planejamento e controle do crescimento urbano – este principalmente na capital e seu entorno mediato, da inexistência de planos diretores e da ausência de programas que integrem os desenvolvimentos urbanos às socioeconomias locais. Muitos destes entraves poderiam ser minimizados pela maior qualificação dos quadros técnicos das prefeituras.

Tomando por princípio a construção de cidades sustentáveis, o texto apresentado na I Conferência Estadual das Cidades identificou a necessidade de implementação de mecanismos eficazes de gestão local, centrados na gestão democrática para inclusão social. Esta é sem dúvida a principal motivação deste projeto. Partindo do diagnóstico de carências nos quadros técnicos das prefeituras municipais, objetiva-se minimizar este problema com a oferta do Curso de Especialização em Gestão Pública de Cidades, direcionado para gestores públicos ligados ao desenvolvimento urbano.

Este projeto apresenta, sinteticamente, uma importante preocupação: criar e implementar um curso de especialização que estabeleça um perfil de competência entre os profissionais das prefeituras capixabas e de atores sociais relevantes, possibilitando a participação articulada dos municípios nas políticas estaduais e federais. Preocupa-se, portanto, em fornecer aos participantes do curso instrumentais criativos de intervenção, alimentando processos reflexivos e construções teóricas para o embasamento da prática cotidiana de construção democrática de nossas cidades, superando os dilemas pelos quais passam hoje a gestão dos municípios capixabas.

Por fim, deve-se levar em conta que duas inovações recentes têm rebatido diretamente sobre a gestão pública no país, especialmente nos municípios: a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Estatuto das Cidades. O primeiro impõe critérios para o gasto público, implicando em novas práticas de gestão financeira, administrativa e de pessoal. O segundo estabelece parâmetros para a gestão do desenvolvimento urbano no país. Ambas exigem do gestor público municipal a retomada do planejamento como condição para o reordenamento das cidades.

4. Objetivos

4.1. Objetivo geral

O **Curso de Especialização em Gestão Pública das Cidades** tem por objetivo fornecer aos técnicos das prefeituras municipais ligados aos problemas do desenvolvimento urbano, um conjunto de instrumentos para intervenção no planejamento e na gestão municipais, a partir de uma reflexão teórica que embase as diversas práticas cotidianas de construção democrática de nossas cidades, superando os dilemas pelos quais passam hoje a gestão dos municípios capixabas.

4.2. Objetivos específicos

- Identificar os limites e as possibilidades para planejamento municipal a partir a Lei de Responsabilidade Fiscal e do Estatuto das Cidades;
- Dotar os profissionais municipais de instrumentos para a tomada de decisões na área de gestão dos municípios, através de conhecimentos teóricos e práticos;
- Promover dinâmicas que possibilitem a troca de experiências entre os participantes para posterior aplicação;

- Exercitar o conhecimento adquirido através da elaboração de proposta de intervenção na realidade municipal;
- Formar técnicos que possam ser difusores de práticas de gestão urbana em seus municípios.

5. Público alvo e carga horária

O curso será oferecido a gestores e técnicos de nível superior e médio que atuam na área de gestão municipal, e contará com uma carga horária de 384 horas presenciais e 20 horas de dispersão voltadas para a elaboração do projeto de conclusão do curso. Esta carga horária será distribuída em 05 módulos, com início previsto para março de 2004.

6. Meta

A meta é a realização de quatro cursos para capacitação de 160 (cento e sessenta) alunos em Gestão Pública de Cidades, oriundos de todos os municípios do Estado. Objetiva-se, a partir desse grupo de alunos, estimular a formação de gestores e técnicos para atuação como difusores de práticas de gestão urbana em seus municípios.

7. Período de realização

O primeiro curso têm seu início previsto para março de 2004, e os demais, iniciarão a intervalos de três meses (junho, setembro e dezembro/2004) com previsão de encerramento após 15 meses do início de cada curso (agosto, novembro/2005 e fevereiro/2006.)

8. Metodologia para estruturação do curso

8.1. Estrutura do curso

O Curso está organizado em estrutura modular, de forma que permita aos discentes manterem-se vinculados às suas atividades profissionais. A carga horária total é de 384 horas presenciais, divididas em 04 módulos, e 20 horas de dispersão, podendo o aluno se inscrever em qualquer módulo independente de frequência nos anteriores. Os dois primeiros módulos estão abertos para alunos de nível médio, enquanto os três últimos serão ministrados exclusivamente para os alunos de nível superior.

Para receberem o título de especialista em Gestão Pública de Cidades, os alunos deverão freqüentar os 04 módulos, além de apresentarem como trabalho de conclusão de curso, um projeto de intervenção em área do respectivo município ou região de origem do aluno. Os demais alunos, ao concluírem qualquer módulo, receberão certificados de curso de extensão.

O curso será realizado nos municípios de Vitória, Colatina, Cachoeiro do Itapemirim e São Mateus, com previsão de participação de 160 alunos. Estes alunos serão divididos em 04 turmas de 40 participantes cada, formadas com alunos da região onde ocorrer o curso. Será ministrado semanalmente na 6ª feira das 18:00 às 22:30 horas e no Sábado das 8:00 às 15:30 horas, somando 12 horas semanais, que totalizam ao final do curso, 384 horas. A dinâmica adotada durante os trabalhos, contemplará estratégias de seminários, workshops, aulas práticas em laboratório de informática, exposição dialogada, atividades em grupos e atividades práticas voltadas para o desenvolvimento institucional.

9. Estrutura do curso

Módulo 1: Gestão Administrativa Financeira e de Pessoal Objetivo: Fornecer instrumentos para o planejamento e gestão financeira, orçamentária e de pessoal nos municípios, embasados por conhecimentos teóricos e estudos de casos concretos.	Horas/Aula
1.1. Finanças municipais: arrecadação e tributação <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer aspectos teóricos e práticos relacionados à arrecadação de tributos pelos municípios 	24
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a estrutura tributária e de arrecadação da esfera municipal • Conhecer a Estrutura Tributária e Repartição de Receitas no Brasil, discutindo o papel das transferências intragovernamentais 	24
1.2. Lei de Responsabilidade Fiscal <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os principais aspectos da LRF • Identificar os efeitos da LRF sobre a gestão municipal 	24
1.3. Licitação e contratos administrativos <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer aspectos teóricos e práticos relacionados ao Direito Administrativo • Apreender os principais problemas enfrentados no dia-a-dia pelos profissionais envolvidos com o procedimento de contratação na Administração Pública • Desenvolver conhecimento técnico para atividades relacionadas ao procedimento licitatório • Realizar estudos de casos de processos licitatórios 	24
1.4. Sistema financeiro e planejamento orçamentário <ul style="list-style-type: none"> • Expor o orçamento público como ferramenta de gestão • Conhecer metodologias de previsão da receita e fixação da despesa • Habilitar os técnicos para o planejamento e controle das atividades orçamentárias do município • Apresentar considerações sobre o Plano Plurianual (PPA) 	24
1.5. Gestão de pessoal <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer técnicas de gestão de pessoal no setor público: • Subsidiar a política de gestão dos recursos humanos nos municípios 	
Total	120 horas/Aula

Módulo 2: Gestão do Desenvolvimento Urbano	Horas/Aula
Objetivo: Capacitar técnicos municipais quanto aos aspectos conceituais e metodológicos para elaboração e implantação de políticas locais dirigidas ao desenvolvimento urbano municipal	
2.1. Política de desenvolvimento urbano <ul style="list-style-type: none"> Identificar diagnóstico, formulação, monitoramento e avaliação de políticas urbanas Apresentar indicadores municipais de desenvolvimento urbano 	24
2.2. Ordenamento urbano e ambiental <ul style="list-style-type: none"> Estudar a legislação urbanística e ambiental (Estatuto da Cidade, Plano Diretor Urbano, perímetro, zoneamento, parcelamento e uso do solo, obras, posturas e Código Florestal, Estudo de Impacto Ambiental) Discutir a importância dos Relatórios de Impacto Urbano e Ambiental no ordenamento dos municípios 	24
2.3. Regularização de assentamentos urbanos e habitação <ul style="list-style-type: none"> Compreender aspectos da urbanização e da regularização dos assentamentos urbanos informais Conhecer experiências de urbanização e regularização fundiária já desenvolvidas. Discutir a Política Habitacional de interesse social Identificar programas e linhas de financiamento existentes. Compreender a conceituação e a metodologia para avaliação de <i>deficit</i> habitacional e <i>deficit</i> de habitabilidade 	24
2.4. Planejamento e operação de transporte e trânsito <ul style="list-style-type: none"> Compreender os mecanismos de planejamento, gerenciamento e fiscalização do trânsito e do transporte coletivo urbano Refletir alternativas de soluções e medidas de prevenção de problemas 	24
2.5. Saneamento ambiental e recursos hídricos <ul style="list-style-type: none"> Compreender os principais problemas relacionados ao saneamento ambiental e aos recursos hídricos nos municípios Conhecer os problemas referentes ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e tratamento de esgotos Discutir a gestão integrada de resíduos sólidos 	24
Total	120 horas/Aula

Módulo 3: Caracterização da socioeconomia e da rede de cidades capixabas	Horas/Aula
Objetivo: Discutir aspectos do desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo e os efeitos sobre a rede urbana estadual	
3.1. Elementos sobre a realidade socioeconômica capixaba <ul style="list-style-type: none"> Conhecer a evolução socioeconômica do Espírito Santo Identificar os principais elementos da socioeconomia capixaba contemporânea 	12
3.2. Desenvolvimento socioeconômico e rede de cidades no Espírito Santo <ul style="list-style-type: none"> Discutir a influência da formação socioeconômica na configuração da rede de cidades capixabas Apreender as principais características das cidades capixabas, Conhecer a heterogeneidade das cidades capixabas 	12
Total	24 horas/Aula

Módulo 4: Gestão do planejamento e desenvolvimento municipal	Horas/Aula
4.1. Construção de indicadores municipais <ul style="list-style-type: none"> • Identificar os principais indicadores para uma política de desenvolvimento local • Apresentar metodologias para elaboração de indicadores socioeconômicos municipais 	24
4.2. Programas de geração de emprego e renda <ul style="list-style-type: none"> • Identificar o papel da articulação entre Terceiro Setor, governo e setor privado na formulação de políticas de desenvolvimento local • Discutir a ação do poder local na elaboração de políticas públicas de emprego e renda • Apresentar instrumentos para geração de emprego e renda: economia solidária, microcrédito etc. • Conhecer casos bem sucedidos de ação local. 	24
4.3. Sistemas de informações municipais <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer Sistemas de Informações Municipais para o planejamento. • Apresentar formas de gestão do sistema de informações em nível local. • Marketing institucional 	36
4.4. Elaboração e análises de projetos sociais <ul style="list-style-type: none"> • Discutir a elaboração de planos de desenvolvimento: metas e estratégias • Identificar as fontes estaduais, federal e internacionais de financiamento de projetos e programas sociais • Apresentar técnicas para elaboração de projetos sociais 	24
4.5. Metodologia do trabalho científico <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar técnicas de elaboração de trabalho científico. 	12
Total	120 horas/Aula

Módulo 5 :Elaboração de Projetos	Horas
5.1. Orientação na elaboração do trabalho de conclusão <ul style="list-style-type: none"> • Preparar o aluno para o trabalho de conclusão do curso 	20
Total	20 horas

Curso de Especialização em Gestão Pública de Cidades	Horas/Aula
Módulo 1	120
Módulo 2	120
Módulo 3	24
Módulo 4	120
Módulo 5	20
Total	404 horas

10. Período e requisitos para inscrição

A inscrição deverá ser feita no mês anterior ao início do curso e contará com os seguintes requisitos:

- ❖ Possuir nível médio ou superior para inscrição nos módulos 1 e 2, e nível superior para inscrição nos módulos 3 e 4 ;
- ❖ Estar em exercício pleno de atividade de gestão no município ou exercer atividades públicas estaduais relacionadas a gestão ou desenvolvimento dos municípios ;
- ❖ Dispor de tempo para realizar o Curso de Especialização;
- ❖ Ser indicado pela prefeitura ou pela direção do órgão gestor;
- ❖ Demonstrar interesse em dedicar-se às atividades da gestão pública;
- ❖ Assumir compromisso de aplicar conhecimentos adquiridos no curso em atividades do município correspondente.

Os seguintes documentos são necessários para a inscrição:

- ❖ Curriculum Vitae, com comprovantes;
- ❖ 02 Fotos 3 x 4 - recentes;
- ❖ Diploma do curso de nível médio ou superior devidamente registrado;
- ❖ Carta de Intenção que contenha justificativa da opção do curso, importância dele nas suas atividades, disponibilidade para participar de todas as atividades do curso;
- ❖ Termo de Compromisso que contenha liberação do profissional pelo órgão empregador para participar do curso.

11. Número de vagas

As vagas serão distribuídas de modo a garantir a participação de no mínimo 01 aluno de cada município do estado com menos de 50.000 habitantes e 02 alunos para municípios com mais de 50.000 habitantes. Também estão previstas um máximo de 15% das vagas para servidores do estado que exercem atividades em articulação com municípios.

12. Período e critérios de seleção

O processo seletivo será precedido por divulgação pública nos meios de comunicação e Internet, e será constituído de avaliação curricular e entrevista individual.

Os critérios de seleção compreendem:

- ❖ Análise do currículo;
- ❖ Carta do gestor municipal;
- ❖ Entrevista;
- ❖ Análise de Carta de intenção;
- ❖ Compromisso institucional.

13. Método de avaliação

Para obtenção do certificado de curso de extensão, ao final do primeiro ou segundo módulo, será aprovado o aluno que obtiver frequência de 75% no respectivo módulo. Para obtenção do título de especialista, será aprovado o discente que obtiver frequência de 75% em cada módulo e nota igual ou superior a 7.0 no trabalho de conclusão do curso.

O produto final da especialização será constituído por um projeto de intervenção em área de atuação na respectiva região ou município. Os discentes terão 02 meses (60 dias) após o término das aulas, para entrega e apresentação do projeto de intervenção, fazendo jus à obtenção do título de especialista.

O curso será avaliado através da participação de discentes, docentes e comissão organizadora ao término de cada módulo e ao final do curso.

14. Financiamento

Para financiamento e implementação deste curso serão buscadas parcerias junto ao Governo Federal, Municipal e organismos internacionais dispostos a investir na formação de quadros técnicos gerenciais dos municípios.

O curso será operacionalizado por instituição formadora, tecnicamente conceituada na área de gestão, escolhida mediante processo licitatório realizado em duas etapas, sendo a primeira análise da qualificação técnica da instituição e a segunda verificação do menor custo.

15. Custos

Quadro Demonstrativo de Custos por Turma	Valor (R\$)
DESPESAS	
PESSOA FÍSICA (SEM VÍNCULO)	
Atividades Didáticas ((384 horas/aulas) x R\$ 100,00)	38.400,00
Coordenação Geral (15 meses x R\$ 1.000,00)	15.000,00
Orientação a Monografias (20 x R\$ 400,00)	8.000,00
Palestras	6.000,00
INSS (20%)	12.280,00
SUB-TOTAL	79.680,00
PESSOA JURÍDICA	
Material de Consumo	7.250,00
Xerox, Apostilas e bibliografia	7.000,00
Divulgação e Publicidade	5.000,00
Alimentação e Hospedagens (R\$ 100,00 x 64) (prof+coord)	6.570,00
Outros Serviços de Terceiro (coffee break, conserto de equipamentos, etc..)	5.200,00
Ressarcimento a Instituição (15%)	8.340,00
ISS-QN (5%)	22.320,00
ISS-QN (5%)	7.440,00
SUB-TOTAL	69.120,00
RESUMO DAS DESPESAS	
PESSOA FÍSICA (SEM VÍNCULO)	79.680,00
PESSOA JURÍDICA	69.120,00
Total	148.800,00

Quadro demonstrativo do projeto

Turma	Nº de alunos	Local	Valor (R\$)
Turma 1	40	Vitória	148.800,00
Turma 2	40	Cachoeiro de Itapemirim	148.800,00
Turma 3	40	Colatina	148.800,00
Turma 4	40	São Mateus	148.800,00
Total	160	-	595.200,00